



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 A 14ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Espaço Verde  
2 da FEPAM à Rua Carlos Chagas, 55, 11º andar, às 14,30 horas do dia 27 de  
3 novembro de 2002. Compareceram os seguintes integrantes: Claudio Langone,  
4 Presidente; Edson Silva, Vice-Presidente; Volney Zanardi Jr., do Departamento de  
5 Recursos Hídricos da SEMA; Nilvo Alves da Silva, Presidente da FEPAM; Mariângela  
6 Corrêa Laydner, da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento; Marcos Daniel Aguiar,  
7 da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Mário Wrege, da Secretaria da Ciência e  
8 Tecnologia; Rudinei de Souza, da Secretaria dos Transportes; Julio Thadeu Kettelrut, do  
9 Ministério do Meio Ambiente; Luiz Antônio Grassi, do Comitê Lago Guaíba; Milton  
10 Haack, do Comitê Tramandaí; João Francisco Giuliani, do Comitê Santa Maria; Sérgio  
11 Cardoso, do Comitê Gravataí; Roberto João Basso, do Comitê Ibicuí; Sidney Agra,  
12 Rejane Abreu e Carlos Marchiori, do DRH; e Luciana Dalsasso, da Secretaria Executiva  
13 do CRH/RS. A reunião teve início com a manifestação do Vice-Presidente, Secretário  
14 de Obras e Saneamento Edson Silva, o qual fez um agradecimento ressaltando a  
15 importância do processo de ativação do CRH para a organização de um sistema de  
16 gestão integrada no Estado, contemplando as interfaces com as áreas de Meio Ambiente  
17 e Saneamento. Considerou o rico trabalho desenvolvido a partir da sua transferência  
18 para a SEMA um grande aprendizado para todos que dele participaram, e lamentou não  
19 poder continuar presente na reunião. A seguir, o Presidente colocou em apreciação as  
20 Atas da 13ª Reunião Ordinária e da 4ª Reunião Extraordinária, que foram corrigidas  
21 quanto à justificativa da ausência do dr. Julio Thadeu. Imediatamente passou-se à  
22 apresentação do dr. Volney sobre o balanço da gestão 1999-2002 na área de Recursos  
23 Hídricos, constituída de um painel sucinto sobre a Gestão de Transição até final de  
24 2000, as Estratégias e Ações de Implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento  
25 de Recursos Hídricos e a Continuidade das Ações Estratégicas. Entre as estratégias  
26 mencionou as ações de reforço institucional, e entre elas, o reconhecimento do CRH  
27 como ator fundamental para a pactuação de ações no sistema e a relação com os outros  
28 sistemas. Em sua atuação estratégica, o CRH teve sua composição alterada pela Lei  
29 11.685/01, passando a contar com mais quatro comitês, perfazendo sete representações.  
30 Sua média de reuniões anuais passou de duas para oito e aprovou resoluções  
31 importantes de regulamentação de procedimentos antes informais, definiu critérios para  
32 a aplicação do FRH, criou a Câmara Técnica e grupos de trabalho, aprovou a Divisão  
33 Hidrográfica do Estado, o projeto de Agência de Região Hidrográfica e criou ainda o  
34 Comitê Gestor da Laguna dos Patos. Nesta linha, foi ampliada a articulação da política  
35 estadual com a nacional através do acompanhamento do Conselho Nacional e da  
36 participação nas câmaras técnicas do mesmo, encaminhada a licitação para a capacitação  
37 de membros dos comitês, apoiada a formação de mais nove comitês, efetivados

38 convênios com o FRH e montada a articulação DRH-FEPAM. Nas ações de  
39 estruturação dos instrumentos de planejamento e gestão o DRH encaminhou o estudo  
40 para a implementação da outorga na bacia do Rio Santa Maria, implantou a rede  
41 complementar de monitoramento da região hidrográfica do Guaíba e definiu a rede  
42 mínima de monitoramento quali-quantitativo no Estado (FEPAM/DRH). Foi  
43 organizado o banco de dados da Divisão de Outorga, fechado o convênio para o  
44 mapeamento hidrogeológico com a SOPS e a CPRM, elaborada uma proposta de  
45 legislação sobre águas subterrâneas, encaminhados sete Planos de Bacia, com estudos  
46 contratados (Lago Guaíba), licitação concluída (Ibicuí e Tramandaí) ou termos de  
47 referência elaborados (Camaquã, Pardo, Caí e Vacacaí-Vacacaí Mirim). Para os planos,  
48 os valores contratados foram de R\$700.000,00, os valores licitados de R\$811.000,00 e  
49 os valores orçados de R\$2.850.000,00. Foi ainda concluído o estudo de caracterização  
50 do comportamento hidráulico-hidrológico do sistema hídrico Guaíba-Laguna dos Patos,  
51 concluídos os estudos para identificar as alternativas possíveis e prováveis para a  
52 regularização das vazões no Rio Gravataí, e o levantamento do universo pagador pelo  
53 uso dos recursos hídricos na região hidrográfica do Guaíba, assim como o estudo do  
54 modelo de tarifação na bacia do Santa Maria. Quanto ao plano estadual foi encaminhado  
55 pleito junto à Secretaria Nacional de Recursos Hídricos para sua elaboração e  
56 estruturadas as bases para o sistema de informações através da publicação da legislação  
57 estadual de recursos hídricos, da implementação da página da internet, a criação do  
58 atendimento ao usuário drh-gabinete@sema.rs.gov.br e a montagem do relatório anual  
59 sobre a situação dos recursos hídricos no Estado, junto com a FEPAM. Além destas  
60 ações, o DRH também participou na coordenação da Unidade Estadual de Preparação do  
61 Projeto do Aquífero Guarani. O diretor do DRH ainda mencionou a gestão para concluir  
62 o litígio na bacia Passo Fundo-Várzea, o que ainda não ocorreu, havendo um processo  
63 em andamento através do Ministério Público. O conselheiro Giuliani questiona se não  
64 seria o caso de separar as bacias. O presidente explica que se todos na bacia quisessem  
65 separar isto seria feito, mas .há divergência quanto a isto entre os atores envolvidos.  
66 Relata que o gerenciamento do conflito está sendo feito pelo DRH e pela Secretaria  
67 Executiva do CRH, mas é possível que o assunto tenha que ser encaminhado ao  
68 Conselho, caso não houver forma de solução no âmbito da bacia. O conselheiro Roberto  
69 Basso lembra que a bacia do Ibicuí também apresenta muitas diferenças, e que talvez no  
70 futuro tenha que ser dividida. O conselheiro Milton diz que não viu referência ao saldo  
71 do FRH, bem maior que o apresentado para valores licitados e contratados. Manifesta a  
72 frustração por não se ter conseguido a contratação do plano da bacia do Tramandaí, e  
73 que outros planos não tenham tido ainda licitação apesar do empenho da SEMA, o que o  
74 faz deduzir que algo deve ter acontecido. O conselheiro Sérgio chama atenção para a  
75 importância da compatibilização entre o Sistema de Recursos Hídricos e outros,  
76 principalmente os de Meio Ambiente e de Saneamento. O presidente da FEPAM  
77 informa que apesar de não ter sido contratado o plano da bacia do Tramandaí, a região  
78 foi contemplada pela integração das ações de Meio ambiente e Recursos Hídricos,  
79 através de instrumentos de gestão e investimentos como o do PNMA. O conselheiro  
80 Grassi manifesta satisfação pelo cumprimento da lei com a publicação do Relatório  
81 Anual em dezembro. No entanto, acha que o mesmo poderia ter contado com a  
82 participação dos comitês, para contribuições e avaliação. E a dificuldade para avançar  
83 no plano estadual poderia ter sido contornada com uma definição de diretrizes básicas.  
84 O conselheiro Júlio Thadeu parabeniza pelos avanços significativos, dando o  
85 testemunho de que após a lei 9433/97 o Rio Grande do Sul foi um dos Estados que mais

86 evoluiu. Acha que é necessário se reconhecer que se trata de um processo que deve ser  
87 construído e que muitas vezes não caminha como se quer por diversos motivos, e um  
88 exemplo disto é a dificuldade de liberações orçamentárias. O diretor do DRH considera  
89 o Relatório Anual uma questão muito importante, explicando que este primeiro foi  
90 composto por uma compilação das informações existentes, a começar pelas  
91 cartográficas. Inicialmente será apresentado um “boneco” que será ainda será  
92 aperfeiçoado. Foram constatadas discrepâncias entre os estudos em função das bases de  
93 informação e o relatório vai identificar lacunas a serem supridas. Quanto ao Plano  
94 Estadual houve uma frustração, mas foi buscada a implementação dos instrumentos  
95 previstos e a articulação no Plano Nacional, assim como uma estratégia de inserção do  
96 Sistema de Recursos Hídricos no contexto do desenvolvimento econômico estadual. O  
97 presidente coloca que a avaliação é de quatro anos de governo e dois anos de atividade  
98 do CRH na SEMA, política e gerencial. A visão de gestão de transição é válida, pois a  
99 transferência do SRH para a SEMA enfrentou muitas resistências, devido ao receio de  
100 que passasse a predominar uma visão mais regulatória, levando dois anos para ser  
101 aprovada na Assembléia Legislativa. No entanto, o desprendimento de todos,  
102 principalmente dos comitês, é que possibilitou o que foi feito, pois grande parte do que  
103 se propôs em termos de conceito foi traduzido em ações. A atividade do CRH mudou, o  
104 que se pode verificar pelo tipo de resoluções. A Assembléia aprovou um concurso para  
105 a SEMA em 2003, o que virá estruturar melhor o trabalho. Os sistemas estaduais e  
106 nacional não estão ainda consolidados, nem nos governos nem na sociedade. A ponte  
107 para se avançar no que não foi feito será papel dos comitês, tanto no CRH quanto na  
108 sociedade. O conselheiro Marcos Daniel se congratula com todos pelo que foi realizado.  
109 O conselheiro Giuliani pergunta se todos os cargos de direção são políticos. O  
110 conselheiro Sérgio questiona quanto à seqüência na continuidade do CRH. O presidente  
111 explica que todos os cargos de confiança serão exonerados pelo governador. A relação  
112 entre a gestão que finda e a que se instala poderá ser buscada também no CRH, com a  
113 presença dos dois secretários. O conselheiro Milton propõe que o CRH recomende uma  
114 reunião com a presença da nova equipe, inclusive para firmar a continuidade dos  
115 trabalhos em andamento. A seguir é feito o relato sobre a proposta orçamentária de 2003  
116 pelo diretor do DRH, que explica não ser uma prestação de contas do FRH, mas uma  
117 visão sobre sua inserção no orçamento, com os dados no documento em anexo. O  
118 conselheiro Giuliani pergunta qual é a disponibilidade do FRH. O dr. Volney coloca que  
119 a disponibilização segue regras comuns e ocorre a partir da autorização da Fazenda  
120 dentro do que foi previsto no orçamento, e caso não tenha sido, através de SRO  
121 (Solicitação de Recurso Orçamentário), e depois liberado pelo governo. O conselheiro  
122 Giuliani constata que mesmo assim não se entende porque não houve liberação do que  
123 tinha sido previsto. Solicita que seja divulgado quanto este fundo rendeu desde o início  
124 da gestão da SEMA. O conselheiro Sérgio assinala que o recurso do Comitê Gravataí  
125 não foi liberado, o que é contestado pelo diretor do DRH, que informa ter a SEMA  
126 encaminhado, podendo haver problema no repasse da METROPLAN. O conselheiro  
127 Grassi entende que há um sistema centralizado seguindo regras únicas, mas é importante  
128 saber se não sendo aplicado para outros fins, porque não o seria para o fim ao qual se  
129 destina. O dr. Volney explica que não há conhecimento sobre qual seria o motivo da não  
130 liberação, o que só poderia ser dado pela Fazenda. O conselheiro Giuliani coloca que a  
131 Fazenda precisa dar uma explicação ao CRH através da SEMA. Com a implantação da  
132 agência, a arrecadação feita pelo SERH acabará indo para o mesmo lugar. A conselheira  
133 Mariângela lembra que está prevista a aplicação de uma parte do FRH no Sistema de

134 Saneamento. Questiona se há previsão no orçamento. O Dr. Volney explica que a  
135 proposta do orçamento foi anterior .à definição dos critérios mas no ano que vem a  
136 partir de março isto poderá ser feito, pois o Fundo é um instrumento de articulação do  
137 sistema com os usuários. O conselheiro Sérgio solicita que sejam disponibilizados os  
138 dados do orçamento aos comitês para que eles possam discutir com base sobre os  
139 assuntos que a nova equipe vai tratar. O conselheiro Milton propõe que a parte  
140 correspondente ao sistema no orçamento aprovado no dia 26 seja enviada aos  
141 conselheiros. O conselheiro Júlio sugere ser disponibilizado também o que está previsto  
142 em outras secretarias, que tenham relação com os Recursos Hídricos e que seria  
143 articulado nas bacias pelos comitês. Em seguida, o diretor do DRH relata o processo  
144 sobre a legislação das águas subterrâneas. A proposta do Dep. Giovanni Cherini, após  
145 várias negociações, com a participação do secretário e do coordenador do fórum de  
146 comitês, foi considerada inadequada pelo grupo de trabalho que a avaliou junto com a  
147 assessoria do deputado. O GT entendeu necessária uma complementação da lei  
148 10.350/94 quanto às águas subterrâneas. Por três meses, o grupo trabalhou com a  
149 participação de diversas entidades e concluiu com uma sugestão de legislação. O  
150 assunto tem uma história de fragmentação, com influência no sistema de saúde, com  
151 interferência do licenciamento ambiental e muitos interesses do setor de saneamento.  
152 Não se esgota numa lógica de Recursos Hídricos, tem que considerar a perspectiva da  
153 Saúde e do Saneamento e perpassar os aspectos da gestão municipal. O projeto de lei  
154 antes apresentado se restringia à outorga, ignorando outras interfaces. As propostas são:  
155 1. Priorizar a outorga para o setor público (prefeituras e órgãos de saneamento),  
156 incluindo a capacitação dos atores que vão operar os poços, integrando-os aos sistemas  
157 de Recursos Hídricos e Saneamento; 2. Em hotéis, escolas e hospitais, as estratégias  
158 deverão ser montadas pela Secretaria da Saúde para o controle da sua potabilidade  
159 (consumo humano); 3. Execução do mapeamento hidrogeológico; 4. Estabelecimento de  
160 critérios de outorga. A idéia é de um decreto complementar à lei 10.350/94 visando a  
161 definição de uma estratégia de ação para construir uma visão mais global e integrada. É  
162 objetivo informar o CRH e desenvolver com os comitês uma nova organização nesta  
163 área. O conselheiro Giuliani pergunta sobre a existência de algum relatório sobre as  
164 águas subterrâneas do Estado, com dados sobre quantidade, profundidade e localização.  
165 O conselheiro Milton lembra que a maior preocupação é quanto ao que está sendo  
166 usado. O conselheiro Mário coloca que este é o início de um processo através de duas  
167 iniciativas – o mapeamento e a legislação regulamentadora. O Aquífero Guarani está  
168 mapeado na escala 1:1 milhão, e dispõe de mais algumas informações. É necessário dar  
169 continuidade ao trabalho, e os planos de bacia tem que começar a considerar o assunto  
170 com mais profundidade. O conselheiro Sérgio propõe a avaliação pelos comitês em  
171 curto prazo para que a proposta possa ser imediatamente encaminhada. O técnico do  
172 DRH Sidnei Agra explica o que é feito para o mapeamento dos poços e a caracterização  
173 de áreas, com análise qualitativa através dos órgãos de abastecimento. A dificuldade  
174 para os planos de bacia ocorre com relação aos dados secundários. O presidente coloca  
175 que a intenção é se publicar o decreto ainda nesta gestão. A conselheira Mariângela  
176 acredita que não haveria necessidade de voltar ao CRH após a análise dos comitês. O  
177 diretor do DRH enfatiza que a análise dos comitês seria política e não técnica, uma vez  
178 que isto já foi feito pela Câmara Técnica. Seria avaliada a relação da proposta com o  
179 sistema e com os instrumentos. O conselheiro Sérgio propõe que os comitês enviem  
180 diretamente suas sugestões ao DRH. O presidente define o prazo para este envio em 10  
181 de dezembro, e passa ao item Assuntos Gerais, com relato sobre o PL 1616. Em contato

182 com o relator Dep. Gabeira, foi informado que o projeto não estaria indo para votação  
183 imediatamente. Houveram contribuições posteriores à análise no CNRH, sobretudo  
184 quanto ao funcionamento do Sistema e na relação União/Estados. O conselheiro Julio  
185 Thadeu informa que o Dep. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, relator na Comissão de  
186 Minas e Energia, também está preocupado e quer discutir um pouco mais. Se houverem  
187 sugestões de mudança, é necessário que sejam feitas logo. Desta comissão deverá ir para  
188 a Comissão de Constituição e Justiça e então para plenário. Passado o final do ano, tudo  
189 mudará. O Dep. Gabeira incorporou 90% das propostas, mas incluiu a idéia da  
190 vinculação de bacias, que é polêmico. Após abrir para outras comunicações, o  
191 presidente encerra com um agradecimento ao empenho de todos pelo trabalho  
192 desenvolvido, e nada mais havendo a tratar, encerra a reunião da qual eu, Virginia  
193 Müzell, Secretária Executiva do CRH, lavro esta ata.